



ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

1 No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Zoom*, foi realizada a 62ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Estiveram presentes
3 na reunião as conselheiras e os conselheiros titulares e suplentes: Lucimara Varanis Cavalcante
4 (MSK); Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI); Danielle Cristina Lanius (Casa Civil); Alessandra
5 Santos de Almeida (CFP); Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM); Telma Nantes de Matos
6 (ONCB); Mara Luzia Feltes (CUT); Eunice Aparecida da Cruz (BPW-Brasil); Jeanete Assad
7 Mazzeiro (FMM Brasil); Laudelina Inácio da Silva (ABMCJ); Maria Cândida Muniz Trigo
8 (Ministério da Educação); Maria da Penha Mara Fernandes (IMP); Dilermando José da Silva
9 (MEC); Rafael Raeff Rocha (MJSP); Rosângela Rosa Maria Ferreira de Melo (CMB); Maria
10 Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa (SNPIR/MMFDH); Maria Dirlene Trindade Marques
11 (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos); Evelin Cavalini
12 Santana (ABL); Silvia Cavalleire Araújo da Silva (União Nacional LGBT); Maria José Morais da
13 Costa (CONTAG); Cleide Silva Pereira Pinto (FENATRAD); Celina Alves Padilha Arêas (CTB);
14 Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Cristiane Rodrigues Britto (SNPM/MMFDH - Presidente);
15 Jandira Gill Chalu Pacheco (MRE); Marli Rocha Pires de Andrade (MAPA); Iáskara Soares Moraes
16 (MCTI); Geraldine Grace da Fonseca da Justa (SNPM/MMFDH – Vice-Presidente); Andremara
17 dos Santos (Notório Conhecimento); Ana Paula Piedade Pedrosa (SEF/ME); Julianna Sá de
18 Carvalho Passos (ME); Desimar Corrêa (Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean). Coordenadora-
19 Geral do CNDM: Maria Crislane Pinto Pereira.

20

21

22 **Abertura da 62ª Reunião Ordinária do CNDM.** A Presidente Cristiane Rodrigues Britto iniciou a
23 reunião cumprimentando a todos e dando boas-vindas aos novos conselheiros representantes
24 governamentais. Em seguida, passou aos **Informes de Conjuntura:** A Conselheira Vanja Andrea
25 Reis dos Santos informou sobre a tramitação da PEC Emergencial no Congresso Nacional,
26 destacando a importância da sua não aprovação pela retirada dos investimentos básicos nos
27 municípios e nos estados em relação à saúde. Solicitou que os conselheiros, especialmente, da
28 sociedade civil atentem-se a essa questão, colocando para suas entidades a necessidade de
29 manifestação contrária a sua aprovação. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques
30 compreendeu que o informe colocado é importante, porém, é necessário considerar que as
31 condições existentes para a população brasileira são inimagináveis. Ressaltou que seria salutar que
32 o CNDM realizasse uma discussão sobre como pode se mobilizar para evitar a calamidade que tem
33 se abatido sobre o país. A Conselheira Andremara dos Santos solicitou que fosse verificado qual é o
34 problema que as conselheiras estão enfrentando para participar dessa reunião, para que haja uma
35 representatividade efetiva. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas ponderou que, infelizmente,
36 estão vivendo um momento de tragédia de todas as formas, sugerindo que o Conselho elabore uma
37 moção de repúdio ao momento vivido, especialmente, de falta de vacinas. Realizou a leitura de uma
38 mensagem da Sra. Ana Cristina, representante do Sindicato da Educação do Amazonas, finalizando
39 a sua manifestação. A Conselheira Mara Luzia Feltes informou que o seu estado está fazendo uma
40 grande mobilização para que a PEC Emergencial não seja aprovada e entendeu que o CNDM
41 poderia elaborar uma resolução para enviar ao Congresso Nacional essa preocupação com a atual
42 conjuntura de fome das mulheres, de caos enfrentado pela saúde e de falta de vacina. A Conselheira
43 Alessandra Santos de Almeida discorreu que possui a impressão de que as moções do Conselho e
44 das instituições estão sendo atropeladas, questionando sobre a possibilidade de judicialização pelo
45 CNDM. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva destacou o aumento abusivo dos feminicídios no
46 Brasil na pandemia e informou sobre a absolvição de um réu por tentativa de feminicídio alegando
47 legítima defesa da honra, entendendo que o CNDM precisa fazer uma moção nesse sentido.
48 Passando a **Aprovação da Pauta**, a Sra. Maria Crislane Pinto Pereira relatou que a pauta está
49 composta pelos seguintes itens: 1. Abertura da Reunião; 2. Informes de Conjuntura; 3. Aprovação
50 da Pauta; 4. Relatório da Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas; 5. Relatório da Comissão
51 Organizadora da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM); 6. Ligue 180; 7.
52 Apresentação das Ações e os Planos a serem executados em 2021 pela Secretaria Nacional de

53 Políticas para as Mulheres (SNPM); 8. Encerramento. Não havendo nenhuma manifestação, a
54 Presidente Cristiane Rodrigues Britto colocou a pauta apresentação em aprovação, a qual foi
55 aprovada por unanimidade, com registro de votos favoráveis: Maria Dirlene Trindade Marques,
56 Alessandra Santos de Almeida, Eunice Aparecida da Cruz, Mara Luzia Feltes, Cleide Silva Pereira
57 Pinto, Celina Alves Padilha Arêas; Desimar Corrêa; Maria da Penha Mara Fernandes; Vanja
58 Andrea Reis dos Santos; Laudelina Inácio da Silva, Evelin Cavalini Santana, Maria Cândida Muniz
59 Trigo, Andremara dos Santos, Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa; Rafael Raeff
60 Rocha; Telma Nantes de Matos; Danielle Cristina Lanis; Rosângela Rosa Maria Ferreira de Melo;
61 Ana Paula Piedade Pedrosa. A Conselheira Ana Paula Piedade Pedrosa relatou que teve
62 dificuldades de identificar onde os documentos encaminhamentos anteriormente, como tema de
63 votação, estavam na pauta enviada e questionou se a reunião da Subcomissão de Comunicação
64 aconteceu no dia 19 de fevereiro de 2021, tendo em vista que não recebeu nenhum comunicado de
65 sua realização. A Sra. Maria Crislane Pinto Pereira explicou que os itens de votação estarão dentro
66 do relato das Câmaras Técnicas e da Comissão Organizadora, uma vez que esses itens foram
67 apreciados em suas reuniões. Prosseguindo para o **Relatório da Reunião Conjunta das Câmaras**
68 **Técnicas**, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos solicitou um minuto de silêncio pelas
69 vítimas da Covid-19, pela exaustão do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo colapso do serviço de
70 saúde nos estados, pelo fim da Emenda Constitucional nº 95, pela não aprovação da PEC
71 Emergencial e pelas milhões de pessoas que tem enfrentando a fome, o desemprego e a violência.
72 Realizado um minuto de silêncio, parabenizou a Conselheira Maria da Penha Mara Fernandes pelos
73 seus 75 anos e pela sua iniciativa de apresentar ao Superior Tribunal Federal (STF) uma solicitação
74 para que se pronuncie e tome as medidas enérgicas no sentido de combater o feminicídio e a
75 violência. Iniciando a apresentação da Câmara Técnica de Monitoramento de Políticas Públicas,
76 informou sobre a realização da Reunião do Fórum de Conselhos Estaduais dos Direitos das
77 Mulheres no dia 18 de dezembro de 2020, elencando os conselheiros presentes. Informou que o seu
78 objetivo foi ouvir os Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres e as Secretarias de Políticas
79 para as Mulheres sobre a execução e funcionamento das políticas públicas a partir da IV CNPM,
80 buscando construir um relatório para contribuir com os debates da V CNPM. Discorreu que foram
81 realizadas plenárias preparatórias com a presença todas as regiões nos dias 14 e 15 de dezembro de
82 2020, explanando que foram colocadas preocupações diversas sobre as políticas e relatos diversos e
83 ricos sobre trabalhos de conselhos e secretarias. Explanou que, na Reunião do Fórum de Conselhos

84 Estaduais dos Direitos das Mulheres, foram elaborados os seguintes encaminhamentos, que foram
85 apresentadas à Coordenação Política do CNDM, às Câmaras Técnicas e à Coordenação da V
86 CNPM, sendo aprovados: 1. Estabelecer o Fórum de Conselhos com reuniões periódicas; 2. Levar
87 ao CNDM a preocupação com a realização da conferência devido à crise sanitária enfrentada e o
88 pedido de adiamento para que estados e municípios possam se dedicar exclusivamente a luta pela
89 vida da população; 3. Formar um Grupo de Trabalho com participação dos conselhos estaduais e
90 colaboração dos organismos de políticas para as mulheres para a avaliação das políticas públicas
91 para as mulheres a partir da IV CNPM; 4. Elaborar um plano de trabalho a ser conduzido pelo
92 CNDM dialogando com as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse momento de
93 enfrentamento à pandemia. Manifestou que, nos debates, sugeriu uma proposta de realizar um
94 chamamento de uma Assembleia Nacional de Mulheres para o final de 2021 com a finalidade de
95 incorporar os movimentos e organizações de mulheres a colaborar com o processo de conferência
96 nacional, que foi aprovada e incorporada ao resultado do Fórum. Explicou que os
97 Encaminhamentos 2 e 3 foram transformados em resoluções e os Encaminhamentos 1, 4 e 5
98 deverão ser aprovados por esse pleno para a realização das medidas necessárias para efetivação.
99 Apresentou a minuta de Resolução nº 1, que dispõe sobre o adiamento da V Conferência Nacional
100 de Política para as Mulheres até que reestabeleça a segurança sanitária no país e sobre a criação de
101 Grupo de Trabalho com a participação dos conselhos estaduais e colaboração dos organismos de
102 políticas para mulheres para avaliação das políticas para as mulheres a partir da IV CNPM. Abrindo
103 para debates, a Conselheira Andremara dos Santos compreendeu que a avaliação das políticas para
104 as mulheres deveria ter como meta o estabelecido de propostas de eixos, de objetivos e de linhas de
105 ações. A Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante salientou que existe a necessidade de elaborar
106 outra resolução contextualizando o objetivo da criação desse Grupo de Trabalho, sugerindo manter
107 a redação proposta. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas intuiu que devem aprovar o relatório
108 e a proposta de resolução após esse esclarecimento e a Conselheira Maria Dirlene Trindade
109 Marques sugeriu complementar o último considerando inserindo que a precariedade da *internet* não
110 permitiria uma participação ampla das mulheres na conferência, o que foi acatado. Externadas todas
111 as opiniões e manifestações pelas conselheiras, colocou a minuta de Resolução nº 1 em votação, a
112 qual foi aprovada por unanimidade, com a seguinte declaração de votos favoráveis: Vanja Andrea
113 Reis dos Santos; Maria Cândida Muniz Trigo; Maria da Penha Mara Fernandes; Ana Paula Piedade
114 Pedrosa; Danielle Cristina Lanius; Telma Nantes de Matos; Laudelina Inácio da Silva; Desimar

115 Corrêa; Iáskara Soares Moraes; Sônia Maria Zerino da Silva; Rosângela Rosa Maria Ferreira de
116 Melo; Andremara dos Santos; Cleide Silva Pereira Pinto; Celina Alves Padilha Arêas; Maria
117 Dirlene Trindade Marques; Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa; Maria José Moraes da
118 Costa; Mara Luzia Feltes; Alessandra Santos de Almeida; Julianna Sá de Carvalho Passos; Eunice
119 Aparecida da Cruz; Rafael Raeff Rocha; Lucimara Varanis Cavalcante; Geraldine Grace da Fonseca
120 da Justa; Evelin Cavalini Santana; Marli Rocha Pires de Andrade. Em seguida, colocou em votação
121 os Encaminhamentos 1, 4 e 5, os quais foram aprovados por maioria, com a seguinte declaração de
122 votos favoráveis: Vanja Andrea Reis dos Santos; Maria Cândida Muniz Trigo; Maria da Penha
123 Mara Fernandes; Ana Paula Piedade Pedrosa; Danielle Cristina Lanius; Telma Nantes de Matos;
124 Laudelina Inácio da Silva; Desimar Corrêa; Sônia Maria Zerino da Silva; Rosângela Rosa Maria
125 Ferreira de Melo; Andremara dos Santos; Cleide Silva Pereira Pinto; Celina Alves Padilha Arêas;
126 Maria Dirlene Trindade Marques; Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa; Mara Luzia
127 Feltes; Alessandra Santos de Almeida; Julianna Sá de Carvalho Passos; Eunice Aparecida da Cruz;
128 Rafael Raeff Rocha; Lucimara Varanis Cavalcante; Geraldine Grace da Fonseca da Justa; Evelin
129 Cavalini Santana; Marli Rocha Pires de Andrade. Foi registrada as ausências: Maria José Moraes da
130 Costa; Iáskara Soares Moraes. Passando à apresentação da Câmara Técnica de Legislação e
131 Normas, a Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante apresentou o Edital de Seleção do CNDM –
132 Gestão 2021/2024, salientando a urgência de aprovação desse edital devido aos prazos. Realizada a
133 sua leitura, a Conselheira Danielle Cristina Lanius observou que existem vários pontos no texto que
134 demandam aprimoramento, como o que é considerada uma entidade de caráter nacional e
135 comprovação dos requisitos, a fim de que possam evitar recursos. Compreendeu que não há
136 condições de fazer a aprovação do edital nessa reunião, uma vez que a maioria dos conselheiros
137 teve acesso ao texto há apenas um dia. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques questionou
138 se a realização da posse no dia 14 não seria um problema, visto que o mandato dos conselheiros
139 será até o dia 13 e postulou que ficou com dúvidas de como se daria a eleição. A Presidente
140 Cristiane Rodrigues Britto alegou que possui as mesmas preocupações da Conselheira Danielle
141 Cristina Lanius, sugerindo realizar uma reunião específica para a sua discussão no mês de março e a
142 Conselheira Andremara dos Santos concordou com a sugestão caso não seja possível realizar a
143 aprovação. Feitas todas as manifestações, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto colocou em
144 votação as seguintes propostas: 1. Manutenção da discussão e aprovação do edital nessa reunião; 2.
145 Adiamento para reunião extraordinária específica na primeira quinzena de março. Aprovada a

146 Proposta 2 por maioria, com a seguinte declaração de votos favoráveis: Maria Cândida Muniz
147 Trigo; Ana Paula Piedade Pedrosa; Danielle Cristina Lanius; Telma Nantes de Matos; Laudelina
148 Inácio da Silva; Desimar Corrêa; Sônia Maria Zerino da Silva; Andremara dos Santos; Cleide Silva
149 Pereira Pinto; Celina Alves Padilha Arêas; Maria Dirlene Trindade Marques; Maria Angélica
150 Iguaracema Rodrigues da Costa; Alessandra Santos de Almeida; Eunice Aparecida da Cruz; Rafael
151 Raeff Rocha; Cristiane Rodrigues Britto; Marli Rocha Pires de Andrade; Jandira Gill Chalu
152 Pacheco; Silvia Cavalleire Araújo da Silva. Declararam votos favoráveis à Proposta 1: Rosângela
153 Rosa Maria Ferreira de Melo; Lucimara Varanis Cavalcante; Mara Luzia Feltes. Foi registrada a
154 abstenção: Evelin Cavolini Santana e as ausências: Vanja Andrea Reis dos Santos; Julianna Sá de
155 Carvalho Passos; Maria José Moraes da Costa; Maria da Penha Mara Fernandes; Iáskara Soares
156 Moraes. Em seguida, colocou em votação as seguintes propostas de data para a reunião
157 extraordinária: 1. Dia 5 de março de 2021; 2. Dia 15 de março de 2021, sendo aprovada por maioria
158 a Proposta 1, com a seguinte declaração de votos favoráveis: Maria Cândida Muniz Trigo; Telma
159 Nantes de Matos; Desimar Corrêa; Sônia Maria Zerino da Silva; Rosângela Rosa Maria Ferreira de
160 Melo; Andremara dos Santos; Cleide Silva Pereira Pinto; Maria Dirlene Trindade Marques; Maria
161 Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa; Lucimara Varanis Cavalcante; Mara Luzia Feltes; Maria
162 José Moraes da Costa; Adélia Moreira Pessoa. Declararam votos favoráveis a Proposta 2:
163 Alessandra Santos de Almeida; Rafael Raeff Rocha; Marli Rocha Pires de Andrade; Cristiane
164 Rodrigues Britto; Silvia Cavalleire Araújo da Silva; Jandira Gill Chalu Pacheco; Danielle Cristina
165 Lanius; Ana Paula Piedade Pedrosa. Foram retiradas as abstenções: Evelin Cavolini Santana e
166 Celina Alves Padilha Arêas e as ausências: Vanja Andrea Reis dos Santos; Maria da Penha Mara
167 Fernandes; Laudelina Inácio da Silva; Julianna Sá de Carvalho Passos e Eunice Aparecida da Cruz.
168 A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques criticou a SNPM por não ter encaminhado esse
169 processo no período correto e elogiou o trabalho realizado pela Conselheira Lucimara Varanis
170 Cavalcante. Seguindo, foi realizada a leitura da proposta de moção de apoio às recomendações do
171 Conselho Nacional de Saúde (CNS). Feitas as adequações consensuadas pelos conselheiros,
172 colocou-se a proposta de moção em votação, a qual foi aprovada por maioria, com a seguinte
173 declaração de votos favoráveis: Maria Cândida Muniz Trigo; Telma Nantes de Matos; Laudelina
174 Inácio da Silva; Desimar Corrêa; Sônia Maria Zerino da Silva; Rosângela Rosa Maria Ferreira de
175 Melo; Andremara dos Santos; Cleide Silva Pereira Pinto; Maria Dirlene Trindade Marques; Mara
176 Luzia Feltes; Alessandra Santos de Almeida; Lucimara Varanis Cavalcante; Evelin Cavolini

177 Santana; Silvia Cavalleire Araújo da Silva; Adélia Moreira Pessoa; Maria José Morais da Costa.
178 Votos contrários: Marli Rocha Pires de Andrade; Cristiane Rodrigues Britto; Maria Angélica
179 Iguaracema Rodrigues da Costa; Ana Paula Piedade Pedrosa; Rafael Raeff Rocha Foram registradas
180 as ausências: Vanja Andrea Reis dos Santos; Maria da Penha Mara Fernandes; Danielle Cristina
181 Lanius; Julianna Sá de Carvalho Passos; Eunice Aparecida da Cruz; Iáskara Soares Moraes; Jandira
182 Gill Chalu Pacheco. Dando sequência, a Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante informou que
183 foram realizados os seguintes encaminhamentos na Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas: 1.
184 Câmara Técnica de Orçamento: Solicitar a Subsecretaria de Planejamento do MMFDH que
185 encaminhe a planilha completa do orçamento 2020 para identificação da sua execução e a planilha
186 completa da proposta orçamentária para 2021; 2. Câmara Técnica de Assuntos Internacional:
187 Recomenda a maior participação das conselheiras do CNDM nas discussões e pautas internacionais
188 que tratam dos direitos das mulheres. Finalizada a apresentação do relatório da Reunião Conjunta
189 das Câmaras Técnicas, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto sugeriu que fosse realizado o
190 intervalo para o almoço, tendo em vista que já foi apresentado o relatório da Comissão
191 Organizadora da V CNPM, o que foi aprovado. Feito o intervalo para o almoço, a Presidente
192 Cristiane Rodrigues Britto reiniciou a reunião cumprimentando a todos e passou ao próximo item
193 de pauta, **Ligue 180**, apresentando a nova Coordenadora-Geral do Sistema Integrado de
194 Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/Central de Atendimento à Mulher - Lige 180,
195 Sra. Vanessa Vilela Berbel. A Sra. Vanessa Vilela Berbel cumprimentou a todos e realizou um
196 breve relato do seu histórico profissional. Discorreu que serão apresentados os dados referentes ao
197 primeiro semestre de 2020, explicando que ainda estão em processo de lapidação dos dados do
198 segundo semestre de 2020, que serão disponibilizados a partir do dia 1º de março de 2021. Lembrou
199 sobre a importância da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), expondo os seus
200 objetivos. Arrazoou que os atendimentos pelo Lige 180 são realizados em até 30 segundos e que
201 foram recebidos quatro milhões de registros em todos os canais de comunicação, sendo dois
202 milhões de chamadas telefônicas, 170 mil protocolos de denúncias, 200 mil denúncias registradas e
203 900 mil violações. Apresentou a evolução mensal comparada das denúncias recebidas no primeiro
204 quadrimestre de 2020 e informou sobre o Painel de Dados da ONDH, que possui como objetivo
205 disponibilizar os dados abertos para que qualquer cidadão possa conhecê-los. Salientou que, de
206 janeiro a 30 de junho de 2020, houve 54.808 protocolos de denúncias, os quais representaram
207 58.825 denúncias e 383.134 violações. Mostrou os tipos de denúncias realizadas e como esse

208 número se divide durante os meses do primeiro semestre e por estados, destacando que a maioria
209 das violências está relacionada à violência física e crimes contra a vida. Apresentou os dados das
210 denúncias por taxa populacional, ponderando que o Rio de Janeiro é o estado com a maior
211 quantidade de denúncias e o Acre é estado com menor quantidade. Acrescentou que, além do Ligue
212 180, existe outros canais de atendimento, como: *site* da ONDH, videochamadas em libras, *Chat*,
213 aplicativo, *WhatsApp* e *Telegram*. Elencou as parcerias para divulgação do Ligue 180 e Disque 100
214 e explanou sobre a parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Explicou
215 como o *site* da ONDH pode ser acessado aos conselheiros, finalizando a sua exposição. Abrindo
216 para manifestações, a Conselheira Andremara dos Santos solicitou que fosse apresentada a distinção
217 entre denúncias e violações. A Sra. Vanessa Vilela Berbel explicou que a denúncia é a relação entre
218 a vítima e potencial agressor, já a violação é o tipo de crime cometido conforme o relato da vítima,
219 que podem ser vários. A Conselheira Silvia Cavalleire Araújo da Silva postulou sobre importância
220 dessa pauta e realizou as seguintes indagações: 1. Se os dados estão sendo compartilhados com as
221 redes de cada estado? 2. Quais são as dificuldades encontradas? 3. Se existe acompanhamento das
222 denúncias. Relatou que não observou a existência dos dados sobre as denúncias de mulheres
223 brasileiras que estão morando fora do país na apresentação. A Sra. Vanessa Vilela Berbel explanou
224 que os dados estão abertos no *site* da ONDH para consulta livre e que as principais dificuldades
225 estão relacionadas à necessidade de atualização das informações referente ao banco de dados e ao
226 retorno do resultado das denúncias. Esclareceu que há um acompanhamento interno das denúncias e
227 que estão fazendo melhoria na prestação de serviço de denúncias no âmbito internacional, porém,
228 ponderou que todas as pessoas que necessitarem desse serviço podem utilizá-lo via *WhatsApp*. A
229 Conselheira Iáskara Soares Moraes questionou se existe a porcentagem de violência relacionada ao
230 número de habitantes na plataforma da ONDH e a Sra. Vanessa Vilela Berbel explanou que
231 apresentou um slide específico sobre essa questão por 100 mil habitantes. A Conselheira Evelin
232 Cavalini Santana colocou as seguintes observações em relação à plataforma: 1. Filtro sexo ao invés
233 de gênero, que seria o correto; 2. Falta de fluxo específico distinguindo o público no Fluxo LGBT;
234 3. Falta de tópico de estupro corretivo nas violações de cunho sexual. Salientou a sua preocupação
235 com os dados que não refletem a sua percepção das violências sofridas pelas mulheres,
236 questionando se os dados são somente da ONDH ou contempla as denúncias nas delegacias. A Sra.
237 Vanessa Vilela Berbel realizou os esclarecimentos necessários sobre a plataforma, ponderando que
238 gostaria de receber as sugestões da Conselheira Evelin Cavalini Santana para consideração. A

239 Conselheira Telma Nantes de Matos questionou sobre os seguintes itens: 1. Quais são as ações para
240 divulgação do Ligue 180 nos estados e municípios? 2. Como é realizado o encaminhamento das
241 denúncias? 3. Qual a ação pode ser realizada junto às mulheres com deficiência para garantir a
242 acessibilidade? A Sra. Vanessa Vilela Berbel lembrou que o papel da ONDH está focado em prestar
243 informações e receber denúncias, destacando que estão lapidando as informações e deixando-as
244 mais claras. Discorreu que a acessibilidade está contemplada na tradução em libras e na produção
245 de vídeos institucionais e que estão fazendo Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com os órgãos
246 públicos e secretarias de estados para melhorar o fluxo de encaminhamento das denúncias. A
247 Conselheira Alessandra Santos de Almeida registrou que ainda é necessário pensar em estratégias
248 para as mulheres que não alcançam esses mecanismos e reforçou a importância de ter as
249 diferenciações estabelecidas para a população LGBT. Indagou qual é a visão da ONDH em relação
250 à violência psicológica e como isso está sendo registrado e solicitou que os ACTs dessem atenção a
251 esse tipo de violência. A Sra. Vanessa Vilela Berbel discorreu que a violência psicológica é uma das
252 mais registradas pela ONDH e afirmou que a Ouvidoria Nacional enfrenta os desafios a partir dos
253 ACTs já descritos na apresentação. A Conselheira Andremara dos Santos indagou se já estão
254 considerando a Resolução Conjunta nº 5 do CNMP e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que
255 unificou o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (FRIDA) e o formulário do CNJ e
256 alegou que a forma de filtrar os dados da população LGBT oculta uma violência maior e torna um
257 foco de revitimização. Sugeriu a realização de ACT com instituições especializadas em violência
258 psicológica, como o CFP. A Sra. Vanessa Vilela Berbel arrazoou que a plataforma está em fase de
259 amadurecimento e ponderou que existem diversas categorias na questão da violência psicológica.
260 Explanou que há um esforço interno, em parceria com uma universidade, para revisão dos
261 protocolos de risco. Finalizadas as manifestações, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto agradeceu
262 pelos esclarecimentos e passou à apresentação das Ações e os Planos a serem executados em 2021
263 pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). Iniciando com a apresentação do
264 Departamento de Enfrentamento à Violência (DEV/SNPM), a Conselheira Geraldine Grace da
265 Fonseca da Justa (Diretora do DEV/SNPM) informou que o DEV concentrará nas entregas do Plano
266 Nacional de Enfrentamento ao Femicídio em 2021, questionando sobre a possibilidade de
267 indicação de conselheiro para participar desse trabalho. Explanou sobre as ações em andamento
268 para a construção desse Plano Nacional, salientando que a perspectiva é publicá-lo entre março e
269 abril/2021. Relatou que o plano foi constituído a partir do trabalho de cinco eixos (1. Articulação; 2.

270 Prevenção; 3. Dados e Informações; 4. Combate; 5. Garantia de Direitos e Assistência), pontuando
271 as ações realizadas em cada um. Passando à apresentação do Departamento de Promoção da
272 Dignidade da Mulher (DPDM/SNPM), a Sra. Teresinha de Almeida Ramos Neves (Diretora do
273 DPDM/SNPM) expôs as linhas gerais sobre os propósitos do planejamento do DPDM para 2021,
274 destacando os Projetos Recanto, Agricultura da Vida, Mulheres na Política, Mães Unidas, Espaço
275 Maternidade, Bem Gestar e Acolher com os seus objetivos. Prosseguindo à exposição do
276 Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais (DPRS/SNPM), a Sra. Flávia Martins
277 Dantas (Diretora do DPRS/SNPM Substituta) relatou sobre Projeto Piloto Qualifica Mulher,
278 instituído pela Portaria nº 3175/2020, com o objetivo de potencializar o talento das mulheres para
279 que sejam capazes de desenvolver e ingressar no mercado de trabalho, conquistando sua autonomia
280 financeira. Explanou que o projeto será desenvolvido por meio de uma rede de articulação e possui
281 três eixos de atuação (1. Qualifica Capacita; 2. Qualifica Empreende 3. Qualifica Concretiza).
282 Informou que, em 2020, foram atendidos 16 estados por meio de Termos de Execução
283 Descentralizada (TED) e que foram capacitadas 15.388 mulheres. Apresentou as parcerias
284 realizadas e explanou que há uma transversalidade entre o Projeto Piloto Qualifica Mulher e o Plano
285 de Feminicídio, e nesse sentido, estão implementando uma Célula de Autonomia Econômica nas
286 Casas da Mulher Brasileira inicialmente e posteriormente nos estados, a fim de que possam
287 aproximar das mulheres. Registrou que, outros pontos trabalhos relacionados à transversalidade das
288 ações, será a publicação de edital de chamamento de projetos e o desenvolvimento de cursos
289 voltados ao empreendedorismo. Abrindo para manifestações dos conselheiros, a Conselheira Mara
290 Luzia Feltes questionou como pode ter acesso à proposta pedagógica dos projetos apresentados pelo
291 DPDM e como é selecionado o público e solicitou mais esclarecimentos sobre o Projeto Espaço
292 Maternidade. A Sra. Teresinha de Almeida Ramos Neves esclareceu que o Projeto Mulher na
293 Política foi iniciado em 2020 com inscrições através do *site* do Instituto Federal do Espírito Santo,
294 salientando que estão emitindo um relatório do quantitativo de mulheres certificadas. Com relação
295 aos demais projetos, comentou que ainda estão em fase de discussão. Elucidou que o Projeto
296 Espaço Maternidade trata de um ambiente físico para atendimento das mães trabalhadoras em
297 órgãos públicos e empresas privadas. A Conselheira Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da
298 Costa indagou se o Projeto Espaço Maternidade é uma política pública de incentivo e quem são os
299 responsáveis por fazer o levantamento das localidades que necessitem do Projeto Qualifica
300 Mulheres. A Sra. Teresinha de Almeida Ramos Neves explanou que o Projeto Espaço Maternidade

301 pode ser realizado através da transferência de recurso, como também através do fomento de
302 discussões das empresas e a Sra. Flávia Martins Dantas explicou sobre as parcerias e os arranjos
303 produtivos locais do Projeto Qualifica Mulheres, exemplificando. A Presidente Cristiane Rodrigues
304 Britto questionou se poderia votar a indicação de algum conselheiro para representar o CNDM no
305 Comitê do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio ou realizar a consulta por *e-mail*,
306 informando que a Conselheira Andremara dos Santos já se colocou a disposição. Havendo consenso
307 de que o representante será definido por *e-mail* e finalizados os itens de pauta, deu por encerrada a
308 reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.